

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	20/09/2018
Reunião:	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Programa Pagamento por Serviços Ambientais – GT PSA
Grupo:	GT PSA
PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO
Silvia Marie Ikemoto	INEA
Markus Stephan W. Budzynkz	APEDEMA
Paulo Henrique Pereira Reis	CEDAE
Paulo de Souza Leite	CBH-PIA
Juliane Freitas	Fundação Grupo Boticário
Leonardo Guedes	CBH-MPS
André Marques	AGEVAP
Flávio Augusto Monteiro dos Santos	AGEVAP
Tipo:	Presencial
Local:	AGEVAP
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Aprovação do registro da reunião anterior;</p> <p>Não havendo manifestações, o registro foi aprovado.</p> <p>Item 2 – Discussão e revisão do Programa Pagamento por Serviços Ambientais – PSA Hídrico do CEIVAP;</p> <p>A sra. Marie Ikemoto (INEA) falou sobre as decisões e encaminhamentos decididos nas últimas reuniões. Sobre o Programa de Proteção e Recuperação de Mananciais, mencionou que na primeira rodada, alguns membros se prontificaram para ajudar na minuta. Esta foi encaminhada para o grupo de trabalho para recebimento de contribuições antes da reunião de hoje. Ressaltou que o conceito do grupo, antes limitado ao PSA, foi ampliado para o objetivo final de promover a proteção e recuperação de mananciais.</p> <p>O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que ao revisar a minuta do Programa Mananciais, ainda teve dúvidas.</p> <p>A sra. Marie Ikemoto (INEA) consultou aos membros a dinâmica para discussão e revisão da minuta. Todos decidiram pela sua leitura e revisão. Marie realizou a leitura da minuta do programa, informando o que foi desenvolvido até o momento, a saber: introdução, o que é, conceitos, diretrizes, objetivos, subprogramas e medidas apoiadas. Os demais itens, como arranjo institucional e plano de ação será objeto das próximas reuniões. Por fim, após sumarizar o documento, disse que ainda há conteúdo a ser trabalhado nas próximas reuniões. Informou que as todas sugestões de inclusão de texto pelos membros foram contempladas nessa minuta, mas que a redação ainda pode ser melhorada</p> <p>A sra. Marie Ikemoto levantou a discussão sobre a importância de desenvolver uma estratégia de comunicação do programa. Como exemplo, citou a política da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Fundação Agência PCJ), que tem fortemente disseminado o tema.</p> <p>O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que o momento é delicado porque este GT está contribuindo para a construção de uma política de conservação e recuperação para o comitê,</p>	

visto que até então os programas e projetos com nesta linha de ação não estavam engajados. Mencionou sobre a importância do resgate histórico de como foi investido o recurso nesta linha de ação até o momento.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) falou que precisam saber como vão falar com o público, como será realizada a divulgação do projeto dentro do comitê.

O Sr. André Marques (AGEVAP) falou que a AGEVAP possui um contrato geral para comunicação, e que essa ação pode ser discutida e planejada com o apoio da equipe contratada, apesar de haver no escopo da contratação atividades específicas para PSA. Sugeriu de imediato a elaboração de releases sobre o andamento do Programa. Concluiu que tem que pensar numa comunicação interna, pois a sociedade civil não tem conhecimento sobre o assunto.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) mencionou a respeito da escala de abrangência do programa, pois considerando a dimensão da bacia e a ordem de grandeza dos recursos, será necessário realizar um recorte a nível de bacia e a priorização de áreas dentro deste recorte para aplicação do recurso.

Acerca da abrangência do Programa, Marie Ikemoto questionou os membros do GT sobre o entendimento acerca do programa atuar na proteção de mananciais, num sentido mais amplo, ou de se restringir aos mananciais de abastecimento público.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) defendeu a importância de atuar em mananciais estratégicos, que escolherão ainda qual irão trabalhar e depois terá um recorte ainda maior.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) argumentou a importância de atuar em mananciais de abastecimento público, considerando que o abastecimento é de uso prioritário, de modo a priorizar os investimentos, os resultados e o custo-benefício das intervenções.

Após sugestões do sr. André Marques, o grupo definiu que o programa adotará um conceito mais abrangente de manancial, e os editais e projetos serão específicos para áreas de mananciais de abastecimento público.

O sr. André Marques (AGEVAP) falou que o Plano de Bacia foi dividido em duas partes: visão macro e zoom.

Sr. Paulo de Souza (CBH-PIABANHA) sugeriu integrar o Programa do CEIVAP com as iniciativas e atores dos comitês estaduais afluentes.

Sr. Paulo de Souza (CBH-PIABANHA) sugeriu que incluíssem áreas para manancial de abastecimento público que sejam urbanas e não tenham característica rural.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) ressaltou que o objetivo do programa é aumentar, manter ou recuperar os serviços ecossistêmicos para a disponibilidade de água em quantidade e qualidade, independente se a área é definida com rural ou urbana pelo município.

O sr. André Marques (AGEVAP) falou que normalmente 90% das captações está em áreas urbanas.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) argumentou que a característica das áreas de intervenção são propriedades com predomínio de uso agropecuário e cobertura florestal, passíveis de conversão para floresta ou conservação florestal. Dessa forma, o objetivo do programa é atuar em propriedades com essas características.

O grupo optou por não aderir a sugestão de incluir a atuação áreas urbanas, pois ficaria muito amplo, porém as mesmas também não serão excluídas.

O grupo definiu que as áreas de atuação do Programa deverão ser aquelas relevantes para provisão de serviços ecossistêmicos.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sugeriu que o programa se aproximasse dos instrumentos da Lei Federal 12.651/12 e que viabilizassem o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Concluída a revisão da minuta, a sra. Marie Ikemoto (INEA) afirmou que na próxima reunião será discutido o arranjo institucional e o plano de ação. Para esta tarefa, seria fundamental resgatar os pontos discutidos nos dois workshops do GT e experiências e recomendações da ANA e a Fundação Agência PCJ.

Sr. Paulo de Souza (CBH-PIABANHA) disse que a prefeitura não pode ser excluída, mas seu papel no projeto tem que ser diferente.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) falou que dos 11 municípios, apenas 5 fizeram pagamento ao comitê. Sugeriu definirem uma nova forma de papel e atuação do município.

Grupo concordou em pensar em ampliar o arranjo institucional dos projetos, contanto com parceiros como a CEDAE, SABESP, universidades, dentre outros.

Item 3 – Discussão e considerações sobre o projeto de apoio à implantação da RPPN Nascente do Rio Paraitinga; e

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) apresentou sobre a principal nascente do rio e mostrou as áreas que eles visitaram, onde passa a nascente. Os proprietários estão dispostos a cederem suas terras para a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

O sr. André Marques (AGEVAP) disse que o primeiro objetivo é transformar a propriedade em RPPN e que se conseguirem, ela pode virar área prioritária para ações de recuperação ambiental. A segunda etapa é discutir tudo o que pode ser feito, mas é importante aproveitar a oportunidade pois se trata de uma área significativamente grande e que precisa ser conservada.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) questionou se a AGEVAP já realizou o levantamento e verificação da documentação da propriedade, titularidade do imóvel e real intenção de criação da RPPN, de modo a confirmar se a proposta é exequível, antes de se aportar qualquer investimento para contratação das consultorias de georreferenciamento do imóvel e apoio jurídico para criação da RPPN.

O sr. André Marques (AGEVAP) disse que a ideia inicial era o grupo de trabalho autorizar para fazerem o levantamento da análise da documentação.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) aponta que considera a estratégia da criação da RPPN para conservação de florestas em nascentes válida e importante. Questiona a AGEVAP se foi realizada consulta prévia sobre o programa de apoio a criação de RPPNs no Estado de São Paulo, de modo a não gerar sobreposição de esforços e investimentos com o poder público pelo CEIVAP. Ressaltou que no caso do Rio de Janeiro, o INEA já possui um programa consolidado que realiza esse tipo de atividade e investimento.

O sr. André Marques (AGEVAP) informou que já foi realizada consulta, porém o órgão estadual não presta esse tipo de apoio. Disse que há um programa de financiamento de projetos na região e que eles já têm um projeto com a Prefeitura de Cunha e que solicitaram apoio técnico à AGEVAP.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que para o georreferenciamento não existe um programa de apoio em São Paulo. Ressalta que a intenção de conservar esta área já fora manifesta através da criação de uma unidade de conservação pública na área e não obtiveram sucesso. Sendo

assim, a idéia seria contratar a consultoria para fazer homologação da RPPN, desde o georreferenciamento até e os trâmites documentais.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) atentou para a complexidade deste levantamento documental.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que a intenção dos proprietários é utilizar a propriedade para esta finalidade de conservação e que tem a consciência das obrigações inerentes à gestão de uma unidade de conservação.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) constatou que o escopo para consultoria de levantamento de fauna e flora está muito robusto e o custo elevado, e que não sabe se será necessário levantar informações tão detalhadas.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que este trabalho detalhado tem a intenção de dar suporte a pesquisas posteriores e para a utilização em ações de educação ambiental, visando uma destinação de ações futuras para a propriedade.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) questionou que se a AGEVAP for custear a implantação do banco de sementes, conforme previsto no projeto, quem irá realizar a sua gestão e operação.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) questionou o custo do levantamento de fauna, flora e do banco de sementes, o volume de investimentos propostos em uma única RPPN, e consultou se a AGEVAP realizou uma análise de viabilidade econômica e sustentabilidade para elaboração da proposta do banco de sementes. Pontuou preocupação quanto a complexidade de operação e manutenção deste tipo de estrutura e do alto risco de insucesso.

O sr. André Marques (AGEVAP) lembrou que do anteprojeto a discussão deveria se focar no investimento da parte inicial, ou seja, do registro da RPPN. Posteriormente, as outras atividades previstas deveriam ter um estudo de viabilidade e que para este início duas coisas são consideradas importantes: o plano de manejo e a recuperação de nascentes.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que projeto será construído de forma participativa com apoio do próprio GT-Mananciais. Todos os Termos de Referência terão elaboração e apresentação o GT para terem um parâmetro técnico. Falou que a primeira atividade a ser apoiada pela AGEVAP passa pelo georreferenciamento.

O sr. André Marques (AGEVAP) sugeriu definirem duas etapas do projeto: fazer o levantamento da documentação da propriedade, e uma vez apta, realizar a contratação da consultoria de georreferenciamento e a contratação de consultoria jurídica para criação da RPPN. As demais etapas serão revistas e apresentadas novamente ao GT após a conclusão das duas primeiras etapas.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) sugeriu incentivar a criação e implementação de RPPN em outras regiões.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) afirmou não se opor a aprovação do projeto desde que atendida as sugestões de verificação documental prévia, e da execução das duas etapas sugeridas pelo André, num primeiro momento.

Ficou como sugestão futura definir investimentos para apoio a criação e implementação de RPPNs em áreas estratégicas para a proteção de mananciais, dentre as medidas a serem apoiadas pelo Programa Mananciais.

O grupo leu a deliberação/minuta do projeto e fizeram as devidas alterações.

Item 4 – Assuntos Gerais.

Próxima reunião seria realizada em dois dias seguidos (12 e 13/11), posteriormente foi alterada para somente dia 12/11/2018.

O sr. Markus Budzynkz (APEDEMA) sugeriu identificar a existência de temas relacionados aos comitês afluentes da bacia do Paraíba do Sul e convidar um membro representante como convidados para as próximas reuniões.

ENCAMINHAMENTOS:

- Próxima reunião será dia 12/11;
- Última reunião do ano 05/12 – a ser confirmada;
- Será discutida na próxima reunião qual a melhor estratégia para execução do Programa;
- Os membros estudarão os assuntos que não foram discutidos anteriormente como: metas, atores, áreas prioritárias, plano de ação, outras ações e fontes de recursos (PSA - arranjo institucional) para debate.

Início:	10h07	Encerramento	14h25
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		